

ENTRE AS LIMINARES E OS GRILEIROS

O Governo do Distrito Federal está sendo derrotado pelos invasores de terras públicas. Fragorosamente derrotado. Apesar dos esforços que estão sendo feitos para demolir barracos e casas recém-construídas, em algumas áreas a situação está próxima do irreversível — mais um pouco famílias estarão morando em boas casas, complicando a situação de uma eventual derrubada, como atualmente acontece em vários “-

condomínios” como o Villages da Alvorada, que terá que ser regularizado de qualquer forma.

O problema é de todo o Distrito Federal, mas a situação mais gritante é a da área do Tagua Park, reservada para que Taguatinga tenha um grande espaço de lazer nos moldes do Parque da Cidade do Plano Piloto. A imensa área que fica entre o Pistão Norte e a Colônia Agrícola Vicente Pires vem sendo invadida sob os olhos dos fiscais, impotentes

com a ação de grileiros respaldados pela Justiça do Distrito Federal, que libera liminares e nunca chega ao julgamento do mérito (até por causa de ações de advogados dos posseiros, cheios de artimanhas jurídicas).

O governador Joaquim Roriz gosta de dizer que não discute decisões judiciais, mas é preciso tomar alguma medida. Imensos lotes estão sendo cercados todos os dias, mansões são construídas ao lado de casas menores, numa ação incentivada pela benevolência jurídica, ocupando uma área que deveria ser de todos com a casa de alguns. É preciso que o executivo procure se aliar ao poder judiciário para evitar uma farra de terras que pode ter consequências graves

SE NÃO CABE CONTESTAÇÃO, DEVE-SE TENTAR CONVENCER OS JUÍZES QUE CONCEDAM LIMINARES SEM DAR DIREITO AO REQUERENTE DE CONSTRUIR OU EXPLORAR A TERRA

no futuro. Se não cabe contestação à medida judicial, no mínimo, deve-se tentar convencer os juízes que concedam as liminares sem dar o direito ao requerente de construir ou explorar a terra. Subjude o terreno não pode ser usado por nenhuma das partes antes de esgotadas todas as instâncias.

Outro debate que deve ser antecipado é o das reservas que se quer criar no final da pista do Lago Sul, área que vem sendo disputada por

várias pessoas e pelo governo (apesar da Terracap ter registro em cartório de boa parte delas). No final do governo passado foi definida uma área para a reserva levando-se em conta especificidades da vegetação e uma área de proteção à Barragem do Paranoá, agora aparece um novo projeto, ampliando a área — invadindo até mesmo terras que estão em litígio, o que pode acarretar um alto custo para o contribuinte, já que esta terra, confirmada a pos-



se dos atuais ocupantes, teria que ser indenizada.

Calcula-se, por baixo, que o governo teria

que pagar mais de R\$ 100 milhões por uma área que não tem relevância ecológica (não há uma nascente sequer, não há espécies raras, nada que justifique uma área tão grande e muito menos uma indenização tão generosa). Se o governo ganhar as ações na Justiça, que se faça o parque; do contrário, é preciso saber se a sociedade está disposta a pagar um preço tão alto.